

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO PAULO
ESCOLA PAULISTA DE POLÍTICA, ECONOMIA E NEGÓCIOS

BRUNO ALEXANDRE PEREIRA DE OLIVEIRA

A INSERÇÃO NO MERCADO DE TRABALHO DAS PARTICIPANTES DO
PROGRAMA TRANSCIDADANIA

Osasco

2019

BRUNO ALEXANDRE PEREIRA DE OLIVEIRA

**A INSERÇÃO NO MERCADO DE TRABALHO DAS PARTICIPANTES DO
PROGRAMA TRANSCIDADANIA**

**Monografia apresentada à Universidade Federal de São Paulo
como requisito parcial para obtenção do grau de bacharel em
Ciências Econômicas.**

Orientador: Renan Honório Quinalha

Osasco

2019

Oliveira, Bruno Alexandre Pereira de

A inserção no mercado de trabalho das participantes do Programa TransCidadania/Bruno Alexandre Pereira de Oliveira. – Osasco, 2019.

18 f.

Monografia (graduação em Ciências Econômicas) – Universidade Federal de São Paulo, Escola Paulista de Política, Economia e Negócios, 2019.

Orientador: Renan Honório Quinalha

Co-orientadora: Carla Corte

Título em inglês: The insertion in the labor market of the participants of the TransCidadania program

1. Mercado de trabalho. 2. TransCidadania. 3. Política Pública

BRUNO ALEXANDRE PEREIRA DE OLIVEIRA

**A INSERÇÃO NO MERCADO DE TRABALHO DAS PARTICIPANTES DO
PROGRAMA TRANSCIDADANIA**

Monografia apresentada à Universidade Federal de São Paulo como requisito parcial para obtenção do grau de bacharel em Ciências Econômicas.

Orientador: Renan Honório Quinalha

Aprovado em: 03 de dezembro de 2019

Prof. Dr. Paulo Costacurta de Sá Porto

Universidade Federal de São Paulo

Prof. Dr. Renan Honório Quinalha

Universidade Federal de São Paulo

RESUMO

Este trabalho se propõe a analisar o Programa TransCidadania na inserção no mercado de trabalho das pessoas trans que participaram desta política pública. Inicialmente, será feita uma contextualização do problema, em que será expresso os objetivos desta. Com isso, será feita uma análise qualitativa, por meio de entrevista semiestrutura feita com uma psicóloga do programa e com seu coordenador atual para que o conhecimento de ambos sobre as especificidades das participantes do programa sejam expressas. Estas especificidades serão cruzadas com outros trabalhos acadêmicos sobre o assunto e, com essas informações, será feita uma análise de impacto da política pública. Esta análise avaliará em que medida o programa obteve êxito em seus objetivos com relação pontos específicos do programa, sendo estes em relação à bolsa auxílio, elevação do nível de escolaridade e capacitação profissional das participantes.

Palavras-chave: Trabalho. TransCidadania. Política Pública. Transexual. Educação.

ABSTRACT

This paper aims to analyze the TransCidadania Program in the insertion in the labor market of transexual people who participated in this public policy. Initially, a contextualization of the problem will be made, in which the objectives of the problem will be expressed. With this, a qualitative analysis will be made through semi-structured interview with a psychologist of the program and its current coordinator so that the knowledge of both about the specificities of the program participants is expressed. These specificities will be cross-referenced with other scholarly work on the subject and, with this information, will be made a public policy impact analysis. This analysis will evaluate the extent to which the program was successful in its objectives in relation to specific points of the program, which are in relation to the scholarship aid, elevation of the educational level and professional qualification of the participants.

Keywords: Labor. TransCidadania. Public Policy. Transsexuals. Education.

SUMÁRIO

RESUMO.....	4
ABSTRACT.....	5
SUMÁRIO	6
1. INTRODUÇÃO.....	7
1.1 A realidade das pessoas trans	7
1.2 O Programa TransCidadania	9
1.3 Introdução ao trabalho.....	12
2. METODOLOGIA.....	13
2.1 Seleção de sujeitos e coleta de dados	13
2.2 Análise.....	15
2.3 Limitações do trabalho	16
3. DESENVOLVIMENTO.....	17
3.1 Programa redistributivo	17
3.2 Elevação de escolaridade.....	19
3.3 Qualificação profissional.....	21
3.4 Dificuldades do programa	24
4. CONSIDERAÇÕES FINAIS	26
REFERENCIAS BIBLIOGRAFICAS.....	27
APÊNDICE.....	33
APÊNDICE A - Transcrição da entrevista	33

1. INTRODUÇÃO

1.1 A realidade das pessoas trans

Inicialmente, faz-se necessário trazer ao leitor o conceito de transexual. Pessoas transexuais costumam sentir que seus corpos não estão em acordo com a forma com que pensam ou se sentem, e desejam adequar seus corpos em acordo com a imagem que têm de si próprios. Para tais pessoas é necessário viver integralmente e exteriorizar o modo como ela é por dentro, pois isso consolida a sua identidade. Assim sendo, a forma com que um indivíduo se identifica é o fator determinante para a identidade de gênero transexual (JESUS, 2012, p. 16).

Por possuírem uma identidade de gênero diferente do sexo que lhes foi atribuído no nascimento, descompasso muito difícil de ocultar, as pessoas trans¹ se tornam mais vulneráveis ao preconceito do que outros integrantes da comunidade LGBT. Ao contrário do que acontece, por exemplo, com alguns homossexuais que vivem seus desejos de modo clandestino ao se manterem dentro de “armários”, às pessoas trans não é possível utilizar a estratégia de segurança de se esconderem dessa forma (IRIGARAY, 2012, p. 141). A manifestação deste preconceito ocorre em todas as esferas públicas, desde a obtenção de uma vaga de emprego, até a segurança individual, como mostra o número feito pela Associação Nacional de Travestis e Transexuais (ANTRA, 2018), que informou, no relatório de 2018, que o número de pessoas trans assassinadas no Brasil no ano referido foi de 163², sendo que São Paulo ocupa a terceira posição entre os estados da federação, com 14 casos³.

Quando se analisa a entrada no mercado de trabalho por parte das trans, há de ser considerado o fato da maioria delas não possuírem o ensino médio completo, dado que 82% abandonam o ensino médio entre 14 e 18 anos (CASTRO, 2017). Esta evasão⁴ escolar pode ser explicada como uma forma de fuga da violência doméstica e escolar que tais pessoas sofrem a partir do

¹ Não será efetuada, ao longo do trabalho, uma diferenciação entre travestis e transexuais, de modo que “pessoas trans” englobará ambas. Isso se deve, conforme introdução e o texto da Jaqueline de Jesus, ao fato de uma cirurgia não ser o grande diferencial entre um e outro, e sim a visão que uma pessoa possui de si própria. O pensamento de que um procedimento cirúrgico seria o grande divisor de águas entre os dois faz com que aquelas que são “taxadas como travestis seriam, em teoria, transexuais” (JESUS, 2012, p. 16). O plural das palavras, quando referidas às trans, ocorrerá sempre no feminino ao longo do trabalho, mesmo o autor estando ciente da existência de homens trans no programa.

² No ano anterior este número foi de 179, todavia, é ressaltado no relatório o aumento da subnotificação destes casos, o que compromete o argumento de redução da violência.

³ 16 em 2017. Nos dois anos o Estado se manteve em terceiro lugar.

⁴ Como dito por Berenice Bento (2011), o termo “evasão” é limitador para se falar da fuga dessas crianças do ambiente escolar, local que é guardião das normas de gênero e produtor da heterossexualidade, em que ocorrem diversos tipos de violências físicas e psicológicas contra os pequenos (2011, p. 555).

momento em que indivíduos próximos, como familiares, percebem que elas não se encaixam nos padrões de gênero vigentes (IRIGARAY, 2012, p. 132).

A transfobia associada ao baixo nível escolar das trans dificulta o seu acesso ao mercado formal de trabalho, assim como a permanência e ascensão dentro dele (FLEURY, 2017, p. 10). Portanto, é extremamente comum que esta população recorra ao mercado informal para conseguir seu sustento, de modo que 90% delas recorreu à prostituição, segundo a ANTRA (2019). A exposição necessária para realizar este tipo de trabalho as colocam numa posição mais vulnerável à violência física⁵, agravando os problemas de segurança desta população que junto à transfobia da sociedade em que estão inseridas, resultam numa expectativa de vida de 35 anos (SAMMARCO, 2015), sendo menor do que a metade da expectativa de vida brasileira atual, e 10 anos menor do que o começo dos dados históricos brasileiros, que datam de 1940 (IBGE, 2017).

A forma mais eficiente de fazer com que essa realidade em que estão sujeitas as pessoas trans seja mudada é o incremento no seu poder aquisitivo, com o objetivo de melhoria de qualidade de vida. O aumento na renda ganha maior importância para elas devido à falta de redes familiares e sociais tradicionais de suporte e oportunidades. Infelizmente, há trans que convivem com dois tipos de preconceitos simultâneos que se retroalimentam: a transfobia, que cria uma barreira à entrada formal no mercado de trabalho (IRIGARAY, 2012, p. 141), lhes impedindo de conseguirem oportunidades de melhoria de renda, o que por sua vez as tornam pessoas mais suscetíveis à discriminação por serem trans. Este quadro se torna pior quando se considera que em sua maioria as trans pertencem às classes mais baixas (PELUCIO, 2005, p. 238).

Portanto, diante desse cenário de exclusão e violência, em que o mercado de trabalho assume centralidade, faz-se necessário um estudo sobre o Programa TransCidadania, que é uma política pública que propõe a alteração desta brutal realidade que as pessoas trans vivem no Brasil de modo a assegurar a dignidade destas pessoas e que as considera como o que deveriam ser: cidadãs munidas de direitos.

⁵ De acordo com levantamentos do ANTRA, 65% dos assassinatos de trans ocorreu com profissionais do sexo. E 60% deles aconteceu nas ruas.

1.2 O Programa TransCidadania

Em 2015, a cidade de São Paulo fez um diagnóstico constatando que a população trans era excluída dos espaços de direito (CONCÍLIO, AMARAL e SILVEIRA, 2017, p. 25), de modo que foi proposta uma política pública específica para esta população que se tornaria o Programa TransCidadania. Tratava-se já de uma política pública paradigmática e inovadora, voltada abertamente à reinserção de pessoas trans dentro da sociedade, possuindo uma assistência interdisciplinar e com entidades de fora do governo (CONCÍLIO, AMARAL e SILVEIRA, 2017, p. 32) e tocando várias frentes das necessidades das pessoas atendidas. Além disso, ele se diferencia de programas anteriores voltados à comunidade LGBT que não obtiveram sucesso por terem objetivos muito abstratos e falta de estratégias concretas (FLEURY, 2017, p. 56).

Luiz mostra os aspectos revolucionários da iniciativa paulistana de criar o Programa TransCidadania, que se volta ao auxílio cidadão de uma parcela da sociedade que é extremamente marginalizada. Além disso, esta iniciativa empodera as participantes, as ajuda a tomar seus lugares como cidadãs e busca a melhoria em suas vidas por meio da integração no mercado de trabalho de modo a livrá-las da prostituição como única fonte de sustento (SANTOS, 2015, p. 26).

O trabalho em conjunto feito por Isabela Concílio, Marcos Amaral e Paula Silveira (2017) elucida a estruturação e implementação do Programa TransCidadania. É discorrido no trabalho sobre a construção do programa, que surge como uma forma de resposta à meta 61 do Programa de Metas do governo do ex-prefeito Fernando Haddad, que previu ações de combate à homofobia e respeito à diversidade sexual (CONCÍLIO, AMARAL e SILVEIRA, 2017, p. 24). A estrutura do programa se dá com a formação cidadã e profissional por meio do aumento do nível de escolaridade e autonomia financeira, por meio de transferência de renda (CONCÍLIO, AMARAL e SILVEIRA, 2017, p. 26). Segundo Alessandro Melchior, que foi Coordenador de política LGBT da prefeitura de São Paulo entre 2014 e 2017, a bolsa foi idealizada partindo do resultado de pesquisas que afirmam que a maioria das trans não voltavam a estudar por falta de uma fonte de renda mínima, de modo que, ao receberem essa condição monetária, elas começam a desenvolver sua trajetória (SANTOS, p. 23).

Com respeito às participantes, tal trabalho apresenta seus dados sóciodemográficos e explica os percursos que as participantes passam desde o começo, a partir do cadastro nos Centros de

Cidadania LGBT da cidade de São Paulo até os atendimentos no programa e na rede intersetorial, passando pelos critérios para a participação no programa.

Sobre a intersetorialidade citada, discutem-se os desafios que começam com o fato de os serviços que deveriam promover o cuidado, dentro da assistência social, saúde, educação e órgãos jurídicos terem institucionalizado a violação de direitos da população trans (CONCÍLIO, AMARAL e SILVEIRA, 2017, p. 48). Para superar tal barreira, houve uma capacitação de servidores públicos, por meio de um curso em que é explicado o que são gênero e sexualidade, junto a como acolher as pessoas trans (FLEURY, 2017, p. 76), havendo uma sensibilização sobre as pessoas trans de modo que haja um atendimento adequado e humanizado. Associado a isto, há um acompanhamento dos profissionais junto às usuárias (CONCÍLIO, AMARAL e SILVEIRA, 2017, p. 50), com referência às instâncias e equipamentos, para que haja garantia dos direitos sociais, à saúde e à educação que são negadas às pessoas trans.

Sobre a equipe, é dito o porquê ser importante haver uma equipe multidisciplinar, dada as diversas necessidades das participantes, seus princípios, práticas e desafios. Aborda-se também a forma de atendimento dado às participantes, por meio do Plano Individual de Atendimento (PIA), de forma a considerar a história e características de cada participante de maneira singular (CONCÍLIO, AMARAL e SILVEIRA, 2017, p. 58). O cuidado tomado com o PIA foi o de adaptar para atender as especificidades do grupo atendido em “relação às condições socioeconômicas, habitacionais, de saúde, educacionais e de empregabilidade” (CONCÍLIO, AMARAL e SILVEIRA, 2017, p. 61), tendo em mente a necessidade de atingir todas as participantes do programa, sem normatizar suas vidas.

Os resultados do programa com relação ao ensino se mostram positivos. No primeiro semestre do Programa TransCidadania o número de evasão foi de apenas 10%⁶ (SANTOS, 2015, p. 23), enquanto 30% das ingressantes de 2015 concluíram o ensino fundamental e ingressaram na turma de Ensino Médio do ano seguinte. Concluíram o curso do Ensino Médio 3% e 4% das participantes dos anos de 2015 e 2016, respectivamente (FLEURY, 2017, p. 80).

É importante ressaltar que, ao tempo em que foi escrito o trabalho do Flávio Fleury (2017), o Programa TransCidadania estava considerando a oferta de cursos profissionalizantes, em que o autor cita Symmy Larrat, coordenadora do programa à época, que diz que os cursos seriam

⁶ Importante comparar este número com o número de evasão de jovens e adultos na escola, que é de 36%, segundo o IBGE.

voltados à formação de auxiliares administrativas e de profissionais da área de informática (FLEURY, 2017, p. 80).

Com respeito às oportunidades de trabalho, a proposta do programa previu a oferta de estágio nas empresas terceirizadas que fornecem seus serviços à Prefeitura de São Paulo. O autor ressalta a importância de haver este estágio, por propiciar a obtenção de um tipo de experiência profissional além de ser uma chance de ingresso efetivo no mercado de trabalho formal. Todavia, Fleury ressalta que não acha adequado que as participantes sejam encaminhadas para estágio preferencialmente nestas empresas, pois ele vê a terceirização como uma modalidade de contratação que, não raro, “ofende o patamar civilizatório mínimo estabelecido pelo direito fundamental ao trabalho digno” (FLEURY, 2017, p. 81). Tal argumento é ainda mais convincente após a Reforma Trabalhista feita pelo governo Temer, que permitiu a terceirização inclusive de atividades-fim, o que foi ratificado pelo Supremo Tribunal Federal, ampliando o alcance dessa forma de contratação.

A argumentação do autor se deve ao fato de que ele considera como uma posição conivente do programa de submeter as participantes a situações de potencial precarização dada a inicial dificuldade de criação de parcerias e convênios com empresas privadas. Afinal, o combate com esta lógica excludente da transfobia é um dos motivos que sustentaram a criação do próprio programa (FLEURY, 2017, p. 82).

Outra crítica feita pelo autor, no que se refere ao programa, é sobre a sua criação, que se deu por meio de um decreto e não por uma lei aprovada pela Câmara Municipal. Tal instrumento normativo é, para Fleury, muito frágil, de modo que uma nova gestão pode ser suficiente para que a transfobia deixe de ser reconhecida como um problema público e por consequência o decreto seja revogado, resultando na extinção do TransCidadania (FLEURY, 2017, p. 86).

Entretanto, o autor ressalta que a crítica feita “não tem o condão de defender que a referida política pública não deveria ter sido, sequer, elaborada, mas apenas atentar para as consequências negativas que a sua instituição mediante um decreto pode ter” (FLEURY, 2017, p. 86).

Além de servir como uma ferramenta para que as pessoas trans possam ter uma existência humana digna, exercendo sua cidadania, provendo qualificação educacional e profissional, o programa procura empoderar e resgatar a autoestima delas, junto com uma mudança na postura da sociedade com relação a estas pessoas. Assim sendo, o autor entende que o TransCidadania

deve servir de exemplo e de inspiração para outros agentes públicos, organizações e integrantes da sociedade civil (FLEURY, 2017, p.87, p.89).

1.3 Introdução ao trabalho

O objetivo deste trabalho é fazer uma análise sobre a efetividade do Programa TransCidadania em fazer com que as beneficiárias sejam inseridas dentro do mercado de trabalho na visão de pessoas implicadas na gestão do Programa.

Para tanto, a pesquisa foi dividida em quatro capítulos. O primeiro é a introdução, que procura salientar a relevância desta pesquisa. É discorrido no segundo capítulo sobre a Metodologia utilizada para se chegar ao objetivo deste trabalho.

O terceiro capítulo abordará três pontos do Programa: a distribuição de renda, a elevação da escolaridade e a qualificação profissional. Sobre os dois primeiros pontos haverá informações sobre a sua relevância, o seu funcionamento dentro do Programa TransCidadania, e uma pequena conclusão. Haverá ainda neste capítulo um quarto ponto que abordará as dificuldades que o programa passa.

Fechando este trabalho haverá considerações finais sobre o programa.

2. METODOLOGIA

Considerando que o Programa TransCidadania ainda não possui uma ampla base de dados disponível com informações das participantes e que, como veremos adiante, não existe um acompanhamento das participantes pós-programa, será utilizada a metodologia qualitativa, de caráter exploratório, de estudo de caso de entrevista semi-estruturada.

A escolha por utilizar este método de pesquisa se dá pela possibilidade de aplicá-la em áreas que não possuem uma base de dados consolidada para que se desenhe uma correlação entre os fatores. Além disso, esta forma de pesquisa mantém aberta a possibilidade de surgimento de hipóteses não previstas no planejamento da pesquisa (VERGARA, 2009, p. 42). A forma de investigação utilizada por meio da entrevista semi-estruturada permite que haja foco no assunto de interesse da pesquisa, mas permite que haja brechas para outras questões que são inerentes ao momento da entrevista. Com isso, as hipóteses que surgirem não estão condicionadas a uma padronização de alternativas (MANZINI, 2004, p. 2)

2.1 Seleção de sujeitos e coleta de dados

Num primeiro momento esta pesquisa seria feita a partir de entrevistas semiestruturadas com ex-participantes do programa que o tivessem concluído. Todavia, os Centros de Coordenação não mantêm um contato formal com elas, dificultando o acesso a estas pessoas. Pensando nisso, foi-se conversado com o atual coordenador do programa do Centro de Cidadania LGBT Luíz Carlos Ruas⁷, Eduardo Paes Aguiar, para que ele concedesse uma entrevista para ser a base deste trabalho. A escolha por este centro, e não os outros três do município, se deu porque este é o local que possui o Programa TransCidadania há mais tempo, desde 2015, enquanto os outros Centros de Cidadania foram criados após alguns anos.

Para facilitar a coleta da entrevista, o local combinado para a sua execução foi no próprio Centro de Cidadania LGBT. Idealmente pensado para ser feito em uma sala separada, a entrevista foi feita dentro da sala administrativa, devido à indisponibilidade de outro local. Isto tornou a entrevista mais rica por permitir que a psicóloga do Centro, Júlia Pereira Bueno, fosse entrevistada conjuntamente, de modo que os dois se complementaram ao longo da entrevista, tornando-a uma entrevista coletiva.

⁷ Centro de Cidadania LGBT que atende às trans da região central e oeste da capital paulista.

A entrevista com ambos foi realizada no dia 17 de outubro de 2019, gravada em áudio, com autorização dos entrevistados⁸, e transcrita integralmente. As perguntas foram focadas no mercado de trabalho para as pessoas trans, assim como na dificuldades que elas enfrentam e no que o Programa TransCidadania faz para auxiliar as participantes na superação desses obstáculos. Também foram feitos questionamentos sobre as dificuldades do próprio programa.

As perguntas foram feitas de maneira aberta, possibilitando aos entrevistados se aprofundarem nos temas que eles consideraram mais importantes e apresentando conhecimentos que eles percebiam relevantes relacionados às perguntas.

Apesar da existência de um roteiro, o entrevistador não o seguiu de maneira rígida, afinal a entrevista semi-estruturada permite que outras perguntas sejam feitas no intuito de compreender a informação dada e indagar sobre questões momentâneas à entrevista (MANZINI, 2004, p. 6).

As perguntas foram feitas por pauta, semi-estruturada, com um roteiro de perguntas abertas que eram flexíveis para os entrevistados assim como para o entrevistador. Ao todo foram previstas quatorze perguntas. As perguntas são expostas no quadro a seguir:

ROTEIRO DA ENTREVISTA

- 1) Apresentação do entrevistado. Quem é, qual formação/profissão/trajetória, desde quando e como chegou à coordenação do programa.
- 2) Quais os objetivos do programa? Como ele funciona? Como as candidatas chegam até ele. Como se dá a divulgação? Há um processo seletivo? Quais os critérios?
- 3) Quanto tempo dura a formação? Qual o conteúdo? Tem algum documento ou programa com o conteúdo dos cursos ministrados? Onde ele acontece? Quem são os professores? É um ciclo formativo só ou há diferentes caminhos que podem ser escolhidos pelas beneficiárias?
- 4) Das participantes que entram no programa, qual é a porcentagem de conclusão? É feito algum acompanhamento durante o programa? Que tipos de políticas de permanência/retenção são pensadas pra evitar a evasão?
- 5) Existe algum tipo de ação para conscientizar as escolas⁹ com respeito às questões trans para facilitar a sua estadia neste espaço enquanto estudantes?
- 6) Após a conclusão do programa, quão comum é a saída delas do meio da prostituição? Quais os setores mais comuns para as que não retornam à prostituição?

⁸ Não houve a sinalização de anonimato.

⁹ Escolas convencionais que tiveram uma ação de sensibilização por parte da Coordenação de Políticas LGBTI.

- 7) Quais as maiores dificuldades que elas enfrentam no mercado de trabalho? (Preconceito, falta de qualificação, falta de estrutura)
- 8) Existe alguma forma de acompanhamento das participantes após a conclusão de suas passagens pelo programa? Se positivo, é algo documentado?
- 9) O centro de diversidade procura fazer algum tipo de parceria/convênio com empresas para que elas se interessem em contratar pessoas trans? Se sim, como é feito este contato?
- 10) Se essas parcerias existirem, elas são determinadas por meio da palavra ou existe algum termo assinado? É possível ter acesso a esses documentos se existirem?
- 11) Desde a criação do programa a situação econômica do Brasil mudou bastante de um modo negativo. Quais foram os efeitos dessa piora no programa?
- 12) As mudanças de gestão, de Haddad para Dória e posteriormente Covas, afetaram o programa de qual maneira?
- 13) Quais são as principais dificuldades que o programa passa? E quais são as maiores dificuldades das participantes?
- 14) Existe algum tipo de iniciativa para expandir o programa para além do que está descrito em seu texto?

Quadro 1 – Roteiro da entrevista.

2.2 Análise

Diversas são as metodologias que podem ser adotadas para fazer uma análise de políticas públicas, de acordo com os dados disponíveis e objetivos destas políticas, (COSTA, 2003, p.972). Pela falta de uma base de dados com informações das participantes e que, como veremos no trabalho, não existe um acompanhamento das participantes pós-programa, a forma de análise da efetividade do Programa TransCidadania será analisada por meio de uma avaliação de impacto.

Esta forma metodológica é útil para estabelecer uma relação de causalidade entre as ações da política pública e as mudanças nas condições sociais dos beneficiários de uma política pública (FIGUEIREDO e FIGUEIREDO, 1986, p.111). Procura-se “detectar ou comprovar que os impactos foram, pelo menos em parte, gerados pelo projeto, programa, política ou negócio” (IDIS, 2018, p.5). Portanto, torna-se possível fazer inferências causais à partir das respostas da entrevista por meio da relação causa (intervenção) e efeito (impacto).

2.3 Limitações do trabalho

Este trabalho não colheu relato direto das ex-participantes do programa. Abre-se, portanto, a oportunidade de futuras pesquisas serem feitas acompanhando a trajetória destas pessoas durante o programa e também no pós programa, de forma a iluminar mais outros efeitos que a política pública tem sobre este recorte da população.

Outro fator é a falta de uma base de dados para avaliar o engajamento das participantes. Enquanto os centros produzem relatórios para a Prefeitura de São Paulo, esses relatórios não serão analisados por não terem sido recebidos em tempo hábil para a incorporação neste trabalho¹⁰, dificultando qualquer tipo de inferência que se poderia fazer com seus dados.

¹⁰ Os relatórios foram solicitados para a Prefeitura de São Paulo, por meio de Lei de Transparência. Posteriormente estes relatórios poderão ser incorporados neste trabalho ou em sua continuação.

3. DESENVOLVIMENTO

O principal objetivo do Programa TransCidadania é fazer com que as trans tenham acesso às oportunidades que lhes foram negadas no decorrer de suas vidas por causa da transfobia que sofreram (FLEURY, 2017, p.67). No Decreto n.º55.874/15, em seu 2º artigo, no item I diz que uma das diretrizes da política pública em questão é fazer:

Oferta de condições de autonomia financeira e de enfrentamento à pobreza, por meio de programas redistributivos, de elevação de escolaridade, qualificação profissional e intermediação de mão de obra. (BRASIL, 2015)

Portanto, serão analisados os efeitos do programa redistributivo, da elevação de escolaridade e da qualificação profissional junto à intermediação da mão de obra. Além disso, veremos quais são as dificuldades que o próprio programa passa.

3.1 Programa redistributivo

Assim como outros programas de transferência de renda¹¹, o Programa TransCidadania apresenta uma proposta de condicionalidades voltadas para incentivar os indivíduos a realizar investimentos em capital humano, isto é, nelas próprias. Essas contrapartidas das participantes tem o objetivo de incentivar o desenvolvimento educacional, social e profissional.

Os critérios para a entrada no programa e, portanto, para receber a bolsa auxílio, são que a trans não tenha terminado o ensino médio, não podem ter emprego com carteira assinada, entre outros¹². Devido à alta demanda para entrar no programa, havendo 80 pessoas na lista de espera apenas para o Centro de Diversidade LGBT da região central, há a necessidade de critérios prioritários que devem ser preenchidos¹³. Esses critérios são, segundo a psicóloga Júlia, “ser um homem trans, pessoas negras e egressas do sistema penitenciário”.

Depois de ter entrado no programa, a participante deve cumprir alguns requisitos periodicamente. Segundo Eduardo, ela deve:

¹¹ Como o Bolsa Família e Bolsa Alimentação (MEDEIROS, BRITTO e SOARES, 2007, p.12)

¹² Outros critérios são ter mais de 18 anos, residir em São Paulo, não estar recebendo benefícios como seguro desemprego e FGTS, ter renda familiar de até meio salário mínimo por pessoa, não ter registro em carteira no último ano e disponibilizar seis horas diárias, contabilizando trinta semanais (KOINONIA, 2017, p.28).

¹³ No começo do programa havia uma lista de espera que era seguida conforme a pessoa se cadastrava no Programa. Porém, visto os processos de vulnerabilização que as solicitantes passavam outros marcadores para respaldar a escolha (KOINONIA, 2017, p.40).

cumprir 30 horas semanais de atividades, sendo uma parte na escola matriculada formalmente. É obrigada estar matriculada formalmente e frequentar as aulas, tem que mandar a lista de frequência mensalmente, senão não recebe a bolsa, podendo inclusive ser desligada do programa. E outra parte em oficinas dentro do Centro de Cidadania. (2019)

Estas outras oficinas são bem diversificadas. Elas podem ser voltadas para a arte, conhecimento, mercado de trabalho e estilo de vida. Dentre elas houve “arte-terapia, artes plásticas, yoga, reforço escolar, teatro e escrita para teatro, computação, informática para ser mais exato, violão, língua portuguesa, inglês, francês, etc.”. Dessas oficinas algumas tem duração curta e outras são mais longas e planejadas como o curso de francês, que durou 4 meses.

Atualmente 200 pessoas estão dentro do programa, sendo 4 centros de atendimento e cada um com 50 participantes. É esperado que haja a abertura de um quinto centro, na zona oeste, fazendo com que o número de beneficiadas suba para 250, embora este número seja apenas uma especulação, segundo o Coordenador.

As participantes deixam o programa em momentos distintos, isto é, não há uma turma formada por elas. Segundo Eduardo, as pessoas são chamadas para o TransCidadania à medida que outras vão saindo. O motivo de saída antes da conclusão do tempo de 2 anos é bem distinto, segundo os entrevistados: algumas são desligadas, outras conseguem emprego, algumas fogem da violência, como diz Eduardo:

Tem gente que tem que sair fugida por um motivo ou outro. Ou é espancado por companheiro ou companheira. Ou é ameaçada de uma maneira muito complicada e aí tem que sair! Muda até de cidade. Tem de tudo um pouco. É uma população em vulnerabilidade. (2019)

A bolsa auxílio do programa é de R\$1.047,90¹⁴, valor que permite que as beneficiadas cumpram os horários semanais de atividades. Esta fonte de renda é importante, segundo a psicóloga, porque permite que a trans se estabilize por um tempo, fazendo com que ela consiga “se organizar, fazer um curso, estudar”. Segundo levantamento sobre as duas primeiras turmas, 100% das participantes relataram o benefício financeiro como principal fonte de renda (MIRANDA, 2018, p.112).

¹⁴ O valor foi de R\$827,40 em 2015, R\$983,34 em 2016, R\$1.001,70 em 2017/2018 e o atual valor de R\$1.047,90 em 2019, segundo o site da Prefeitura de São Paulo.

Todavia, apesar de ser um auxílio importante, ele não é suficiente para que haja uma dedicação exclusiva da pessoa ao programa, sendo comum que a renda complementar venha da prostituição, afinal, o valor do auxílio não é suficiente para se viver na capital de São Paulo. Segundo o mesmo levantamento de Michelle Borges Miranda, 60% afirmam ter outras atividades para complementar a renda, sendo a prostituição a principal (2018, p.112).

Ressalta-se que esta bolsa é importante para que haja manutenção na educação da pessoa, pois ao fim do programa, se ela não terminou o ensino médio, ela terá que se reorganizar para fazer dinheiro, evadindo da escola novamente, diz Júlia.

Conclui-se que a disponibilização desta bolsa-auxílio não desestimula a beneficiária a trabalhar, acusação comum contra este tipo de auxílio do governo, dado que o poder de consumo que esta bolsa oferece não é suficiente para que ela viva de maneira confortável e, ademais, existe uma data limite para o recebimento. Esta bolsa incentiva o estudo, profissionalização e inserção da trans na sociedade. Como disse Medeiros, Britto e Soares, o desemprego desta população pobre e vulnerável não ocorre “por decisões livres e espontâneas, e sim porque não têm emprego”¹⁵ (2007, p.16).

Logo, a bolsa auxílio é uma forma eficiente de incentivo à permanência na escola e atividades dos Centro de Cidadania.

3.2 Elevação de escolaridade

Segundo Ferreira, “a evidência empírica sugere fortemente que a educação continua sendo a variável de maior poder explicativo para a desigualdade brasileira”, de modo que a desigualdade educacional é transformada em desigualdade de renda pelo mercado de trabalho. Assim para que a criação e reprodução da desigualdade de renda no Brasil seja entendida, devemos olhar para como são criadas e distribuídas as oportunidades educacionais. Para este autor, os estudos “consistentemente apontaram a desigualdade educacional e o alto retorno a níveis elevados de escolaridade como principais causas de nossa dispersão de renda” (FERREIRA, 1999, p.155).

¹⁵ Enquanto os autores falam no texto que publicaram sobre as famílias que recebem o auxílios governamentais como o Bolsa Família, esta realidade também se aplica às pessoas trans. Isto é notável quando se lê relatos como o dito à Folha de São Paulo por Bianca Araújo, que estava emocionada por ter, pela primeira vez na vida aos 39 anos, a primeira função de carteira assinada. (MAIA, 2018, reportagem)

Portanto, para melhorar a qualidade de vida das trans, promover sua entrada no mercado de trabalho formal e as inserir na sociedade, é necessário que haja um investimento em seus níveis educacionais, que é o objeto de estudo neste tópico com respeito ao Programa TransCidadania.

De acordo com o coordenador do Centro de Cidadania, o Programa TransCidadania tem por principal objetivo “a elevação escolar, devido ao alto índice dentro da população T[rans] de abandono e de evasão escolar”. Este objetivo se torna claro quando um dos critérios para o recebimento da bolsa-auxílio é o recebimento da prova de frequência escolar.

Eduardo estima que, das participantes que entram, 70%¹⁶ não possuem o ensino fundamental um ou dois completos e que, por causa disso, apenas as meninas que entram no programa já no ensino médio conseguem concluí-lo, isto é, não estão mais aptas a retornarem ao programa.

Dado o baixo nível de escolaridade e o tempo de demora que os módulos escolares demandam para a sua conclusão, é comum que haja demanda para voltar ao programa. Por isso existe um tempo de espera longo, segundo Eduardo, para que elas possam voltar a receber o benefício da política pública. O coordenador acredita que o programa devesse ser estendido em um ano em comparação com o tempo atual, isto é, passar a durar três anos, para que houvesse mais tempo na construção acadêmica das beneficiadas. A ex-coordenadora do programa, Symmy Larrat, concorda com essa tese ao afirmar em entrevista para Miranda que o programa precisa de mais de dois anos de duração pois este período de tempo não é suficiente para que se matricule no ensino fundamental e se saia com o médio concluído (2018, p.111).

Pensando na vivência escolar, a violência sofrida na infância neste ambiente por essa população não é mais uma realidade agora que elas estão dentro do programa. A sensibilização feita com as escolas parceiras no começo da implantação desta política pública em 2015 fez com que este espaço se tornasse mais seguro para as trans, apresentando um local em que há um público maior de trans presente nessas instituições. Segundo Eduardo, as meninas se surpreendem positivamente com esses espaços, pois elas não têm problemas dentro da sala de aula. Essa surpresa ocorre porque a escola deixou de ser uma área em que elas não se viam para se transformar num local em que elas são respeitadas.

¹⁶ Da primeira turma, em 2016, 73% se matricularam no ensino fundamental, e 27% no ensino médio (MIRANDA, 2018, p.108).

Os Centros de Cidadania também mantêm contato com as instituições de ensino, por meio dos coordenadores pedagógicos, diretores e assistentes de direção das escolas, o que auxilia na manutenção do trabalho de sensibilização feito em 2015.

Logo, a educação se mostra como um pilar forte do Programa TransCidadania e que, como veremos no próximo tópico, é muito requisitado para que as trans consigam um emprego de carteira assinada e, portanto, consigam aumentar a renda recebida e elevar a qualidade de vida. Conclui-se que o programa é eficiente em sua promoção na elevação do nível escolar das participantes.

3.3 Qualificação profissional

Dentro do mercado de trabalho as pessoas trans sofrem todos os obstáculos que uma pessoa cis enfrenta, além de obstáculos diretamente relacionados à forma em que elas expressam o seu gênero. A seguir serão explorados as dificuldades que essa população enfrenta, para depois vermos as formas em que o programa trabalha para ajudar na superação deles. Nota-se no entanto que, segundo Alessandro Melchior, ex-coordenador de Políticas LGBTQIA¹⁷, não cabe ao programa a obtenção de vagas de emprego para as participantes, mas sim a capacitação para que elas participem dos processos seletivos e terem maiores chances de entrarem no mercado de trabalho (MIRANDA, 2018, p.111).

O primeiro fator a se notar é o cenário de emprego atual no Brasil, em que o nível de desocupação está estabilizado em um patamar alto¹⁸. Esta estabilização ocorre com a diminuição de vagas no mercado formal e aumento da mão de obra informal¹⁹, que resulta numa maior concorrência por vagas. Este cenário é mais agudo na região metropolitana de São Paulo, que registrou em maio de 2019 uma taxa de desemprego de 16,8%, segundo a SEADE, frente 12,3% nacional em maio, segundo o IBGE (BOEHM, 2019; SILVEIRA & ALVARENGA, 2019).

¹⁷ Atual Coordenação de Políticas para LGBTI, com Ricardo Luiz Dias como atual coordenador.

¹⁸ O último trimestre em que a taxa de desocupação foi menor do que 10% da população foi no último trimestre de 2015, segundo o IBGE.

¹⁹ 11,8 mi de pessoas sem carteira assinada no setor privado e 24,4 mi de trabalhadores por conta própria no trimestre fechado em setembro de 2019, segundo IBGE. Somados com os 4,4 mi de trabalhadores domésticos sem carteira assinada chega-se a 43,5% da população ocupada neste período, o que representa um aumento de 0,5 ponto percentual em relação ao trimestre anterior e de 0,9 ponto percentual em relação ao mesmo período do ano anterior (SARAIVA, 2019)

Em segundo lugar está a transfobia que faz com que pessoas trans qualificadas para uma determinada vaga sejam excluídas de processos seletivos. Em entrevista para Borges, uma trans comenta que não é vista como ser humano mas sim como uma aberração, e cita um caso em que uma empresa de limpeza contratou vinte e sete pessoas de vinte e nove candidatas, sendo as duas únicas pessoas negadas eram trans (2018, p.133).

Como foi mostrado no subtópico anterior, a maior parte das trans que concluem o programa saem com, no máximo, o ensino fundamental completo. Isso fica em descompasso com a necessidade das empresas pois, segundo Eduardo, as empresas costumam pedir pessoas para cargos que exigem o ensino médio completo. Inclusive empresas que têm parceria com a Coordenação de Políticas para LGBTI, como Carrefour e C&A. Em entrevista à Folha de São Paulo, a articuladora Laura Prevato, que lida com o TransCidadania, disse que:

“As empresas querem que as pessoas trans cheguem lá com todas as bases e tendo que arcar com as formalidades do mundo do trabalho de cara. Só que os gestores não levam em conta que são pessoas que cresceram à margem disso e que o processo leva tempo” (MAIA, 2018, reportagem)

Além disso, há uma incompatibilidade da realidade pontuada pela psicóloga Bueno que é a dissonância existente entre o programa e as trans idosas, pois a conclusão “[d]o ensino médio não resolve o problema dessas meninas que já estão na terceira idade”.

Outra dificuldade encontrada por essa população é a adequação com respeito à postura que se tem num trabalho. Isso vai desde ter uma rotina, algo que esta população normalmente não tem, segundo Eduardo, até posicionamentos no ambiente corporativo, que acaba sendo mais violento, com a pessoa sendo mais reativa. Esses posicionamentos dissonantes do meio corporativo se deve, segundo a psicóloga, à vivência na rua que não é algo que se esquece por apenas mudar de local de trabalho. Sobre o assunto, Eduardo comenta:

Você disse “ah” ela já “EH!”(voz mais elevada). Por quê? Porque a vida dela foi ter que fazer isso ou levar porrada. Então tem que entender. Não é bom? Não. Mas se você não ver a história, você não vai compreender. Sem a compreensão você não tem mudança nem por parte dela nem por parte de quem está empregando. Tem esses detalhes significativos.

O aparecer se impõe, também, como uma dificuldade enfrentada por esta população. Existe uma questão estética mais rigorosa pelas empresas na contratação de pessoas que serão a cara da empresa, isto é, que esteja em contato constante com o público, como recepcionista ou

atendente. Então quando são contratadas, essas pessoas trabalham em estoque ou reposição de prateleiras.

Como exceção, Eduardo cita a Pinacoteca que contratou seis²⁰ pessoas trans junto ao programa para serem atendentes do museu e darem informação aos visitantes (MAIA, 2018). É enfatizado que elas preencheram vagas existentes, e não um cargo criado. Outra exceção é o caso da Paola Carosella, jurada do MasterChef da Band, que convidou “quinze ou dezesseis meninas” para fazerem um curso de culinária intensivo por um mês com ela, das quais quatro meninas saíram empregadas. Inclusive, este curso foi, segundo o coordenador, um indicador de grande interesse desta população pela gastronomia.

A busca por parcerias com empresas para que haja a oferta de emprego para esta população, como feita pela C&A e Pão de Açúcar, é feita pela Coordenação de Políticas para LGBTI²¹, dado que o Programa TransCidadania é ofertado em quatro pontos diferentes da cidade. Assim, a procura de parcerias com empresas é feita de forma centralizada.

Dado que não é possível fazer com que as pessoas que pertencem a este recorte populacional concorram às vagas de emprego de maneira igual à população em geral, existe então um enfoque na criação de um negócio próprio. Por causa desta dificuldade de adentrar o mercado de trabalho formal, Eduardo diz que são ofertados cursos voltados ao empreendedorismo por meio de empresas diversas, como a Uber.

Uma outra forma de auxílio que o programa oferece são as oficinas. Eduardo diz que os Centros de Cidadania possuem uma liberdade maior de fazer com que o programa vá além do que está escrito em seu texto base. No caso do Centro Luiz Carlos Ruas existe um esforço em oferecer oficinas e palestras que aumentem as possibilidades empregatícias e de profissionalização, além de outras na área de cidadania e direitos humanos. Entre esses estão inglês, informática e educação financeira. Inclusive há uma ênfase dada a este último ponto, porque esta é uma população que não teve acesso à escola, portanto ao assunto que é importante. Se dependesse do coordenador, ele diz, teria um curso de educação financeira a cada dois meses.

Percebe-se que há um esforço por parte dos Centros de Cidadania de fazer com que as participantes do programa estejam preparadas para o mercado de trabalho. Além da elevação do nível escolar, esta preparação ocorre por meio de oficinas e cursos. Para além da qualificação, as dificuldades que as pessoas trans enfrentam estão diretamente ligadas à

²⁰ Segundo reportagem da Folha de São Paulo (MAIA, 2018, reportagem)

²¹ Que está sujeita à Secretaria Municipal de Direitos Humanos e Cidadania.

transfobia, ponto em que não foram citadas ações para a conscientização das empresas, e à diminuição da formalidade no cenário econômico atual, ponto em que esta política pública não possui nenhuma forma de auxiliar. Como forma de contornar estes dois últimos problemas, há um enfoque maior no empreendedorismo.

Percebe-se que o programa é eficiente em promover a capacitação para aumentar as chances no mercado de trabalho. Todavia, esta população ainda esbarra em barreiras levantadas pela economia, como a falta de vagas formais, e pelo preconceito, com a transfobia. Desta forma, quando se pensa em empregabilidade efetiva, este trabalho converge com a conclusão de Michelle Borges de que a política foi ineficaz (2018, p.143).

3.4 Dificuldades do programa

A maior dificuldade que o Programa TransCidadania enfrenta atualmente é a sua existência como Política Governamental e não como Política de Estado.

O programa foi criado pelo então prefeito Fernando Haddad que, ao final de sua gestão ampliou de um Centro de Cidadania LGBT para quatro. João Dória, prefeito seguinte, fez com que o Programa TransCidadania e os Centros de Cidadania LGBT, antes instituições diferentes com OSCs²² diferentes, se juntassem. Esta ação fez com que o número de vagas subisse de cem para duzentas e quarenta vagas, tendo sessenta vagas por unidade. Em contrapartida as equipes de atendimento exclusivo para o TransCidadania passou a atender um público maior, isto é, atendimento geral de pessoas LGBTIs que procuram os Centros. Posteriormente o número de vagas por Centro passou de sessenta para cinquenta²³.

Atualmente os convênios vão até maio de 2021, porém, o prefeito que assumir em janeiro do ano referido pode revogar o programa no seu primeiro dia de mandato. A Deputada Estadual de São Paulo Erica Malunguinho propôs criar um projeto de Lei²⁴ para tornar o Programa TransCidadania em uma política de Estado, mas o projeto está travado por enquanto. Segundo Eduardo:

A coordenação do Núcleo da Diversidade Estadual tem um projeto de ter algumas cidades parceiras onde vai ter Centro de Cidadania junto com o Programa TransCidadania. Estão vendo algumas parcerias para começar ano que vem. Parece

²² Organização Social Civil.

²³ Não ficou claro se isso ocorreu na gestão Dória ou na gestão Covas.

²⁴ Projeto de Lei 491/2019, que institui o Programa Estadual TransCidadania. Disponível em: <https://www.al.sp.gov.br/propositura/?id=1000264113>

que Campinas vai entrar nisso. E parece que Guarulhos, que tem uma coordenação já. Aí o estado entra com uma parte e o município com uma estrutura mínima, e aí faz-se o programa. Não sei quantos serão, quais cidades serão. Mas isso foi o que o Marcelo Gallego me colocou, que é o Coordenador do núcleo da diversidade.

Por enquanto esta informação é apenas especulação.

Uma outra dificuldade apontado pelo coordenador é “em transformar os dados que a gente recolhe” pois “o tempo não nos permite elaborar os dados a gente só apaga o incêndio”. Os dados referidos estão nos relatórios, em que o acesso foi pedido por meio da Lei da Transparência mas que ainda não foram concedidos. Segundo a psicóloga, esses relatórios oferecem informações sobre a quantidade de pessoas atendidas, qual foi a demanda e se foi ou não do Programa TransCidadania. Além disso, todos os Centros fazem este relatório.

Quando questionada sobre a existência ou não de um acompanhamento das participantes após a conclusão dos dois anos, a psicóloga diz que o programa “não faz essa espiral que a política pública devia ter de pensar, executar e repensar para depois começar a execução de novo”. Isto é, viu-se um problema que afeta uma população específica, pensou-se numa solução, executou-a mas não há uma reflexão interna para ver em quais áreas a política pública atuou de forma efetiva ou foi inócua, para que haja uma manutenção e refinamento da política.

Portanto, apesar da instabilidade que o TransCidadania passa, existe uma movimentação a nível estadual de transformar o programa em uma Política de Estado e de expandi-lo. A outra limitação é a extração de informações advindas dos dados dos relatórios, em que ainda não há uma solução em andamento e a falta de acompanhamento dos resultados após o término do benefício para avaliação e ajustes da política pública.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A utilização de entrevista com os coordenadores é importante para que inferências fossem feitas entre ações do programa e seus efeitos, de modo a determinar se estas ações foram eficientes para que se atingisse os objetivos desejados.

É possível perceber que o Programa TransCidadania consegue moldar a realidade vivida por suas participantes. Para além de uma política social que promove direitos e cidadania, o programa permite que trans disputem vagas no mercado formal de maneira mais competitiva, caso o queiram fazer (MIRANDA, 2018 p.142).

Isso ocorre porque a bolsa auxílio permite que a beneficiada tenha recursos suficientes para que ela se mantenha no programa, permitindo que ela continue seus estudos formais e atividades nos Centros de Cidadania. O estudo em si, além de oferecer a inserção em um ambiente que lhes foi negado, aumenta a atratividade destas pessoas pelo olhar das empresas. Os cursos e oficinas, além de aumentar a atratividade deste público para empresas, incentiva uma autonomia por meio de conhecimentos relacionados ao empreendedorismo, dada a situação econômica brasileira atual.

Apesar de saírem do programa com uma melhor capacidade de disputa por uma vaga de trabalho, há uma ineficácia na empregabilidade das participantes²⁵ que ainda esbarram em preconceitos somados às condições econômicas desfavoráveis em São Paulo. Por isso há a tentativa de preenchimento desta lacuna por meio de cursos que incentivam o empreendedorismo.

Isto não exige o programa de ser reconhecido como uma iniciativa exemplar no apoio a esta população vulnerável, gerando perspectivas de uma inserção digna na sociedade com aspirações profissionais e pessoais que as tornam agentes ativos na mudança cultural da sociedade que está em contato com elas, direta ou indiretamente (MIRANDA, 2018, p.145).

Para o futuro, resta a esta política de governo ser transformada em política de Estado, de preferência com um tempo maior de duração do que dois anos. Caso isto ocorra, torna-se necessário que haja alguma forma de incorporar o acompanhamento das egressas do programa para que ajustes sejam feitos na execução do programa, procurando melhorá-lo.

²⁵ Lembrando que a procura de parcerias para contratações deste público não é de responsabilidade desta política p

REFERENCIAS BIBLIOGRAFICAS

ALBERTA, U. *What is a trigger?*. 2016. Disponível em: <<https://psychcentral.com/lib/what-is-a-trigger/>>. Acesso em> 11 jun. 2018

ANTRA. **Mapa dos assassinatos de travestis e transexuais no Brasil em 2017**. 2018. Disponível em: <<https://antrabrasil.files.wordpress.com/2018/02/relate3b3rio-mapa-dos-assassinatos-2017-antra.pdf>>. Acesso em: 25 mai. 2018.

ANTRA. **Dossiê: assassinatos e violência contra travestis e transexuais no Brasil em 2018**. 2019. Disponível em: < <https://antrabrasil.files.wordpress.com/2019/01/dossie-dos-assassinatos-e-violencia-contra-pessoas-trans-em-2018.pdf>>. Acesso em: 12 nov. 2019.

ANTUNES, Pedro Paulo Sammarco. **“Expectativa de vida de travestis é de 35 anos, mas deve aumentar”, afirma psicólogo social**. 2015. Disponível em: < <http://www.nlucon.com/2015/02/expectativa-de-vida-de-travestis-e-de.html>>. Acesso em 25 mai. 2018.

BENTO, Berenice. **Na a escola se aprende que a diferença faz a diferença**. Estudos Feministas, Florianópolis, n. 19, v 2, p. 549-559. Mai-ago 2011. Disponível em: < <http://www.scielo.br/pdf/ref/v19n2/v19n2a16.pdf>>. Acesso em: 27 mai. 2018.

BOEHM, Camila. **Desemprego fica estável na região metropolitana de São Paulo em maio**. Agência Brasil, jun. 2019. Disponível em: <<http://agenciabrasil.ebc.com.br/economia/noticia/2019-06/desemprego-fica-estavel-na-regiao-metropolitana-de-sao-paulo-em-maio>>. Acesso em: 26 nov 2019.

BRASIL, Amcham. **Transgênero, transexual, travesti: os desafios para a inclusão do grupo no mercado de trabalho**. 2017. Disponível em:

<<https://economia.estadao.com.br/blogs/ecoando/transgenero-transexual-travesti-os-desafios-para-a-inclusao-do-grupo-no-mercado-de-trabalho/>> Acesso em 23 abr. 2018.

BRASIL. Decreto nº 55.874, de 29 de janeiro de 2015. Disponível em: <<http://legislacao.prefeitura.sp.gov.br/leis/decreto-55874-de-29-de-janeiro-de-2015>>. Acesso em: 27 nov. 2019.

CASTRO, Davi de. **Visibilidade Trans**: a realidade do mercado de trabalho para transexuais. TV BRASIL EBC, 2017. Disponível em: <<http://tvbrasil.ebc.com.br/estacaoplural/post/visibilidade-trans-a-realidade-do-mercado-de-trabalho-para-transexuais>>. Acesso em: 10 abr. 2018.

COSTA, Frederico Lustosa da. **Avaliação de programas públicos**: desafios conceituais e metodológicos. Rio de Janeiro, 2003. Disponível em: <<http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/rap/article/view/6509>>. Acesso em: 15 nov. 2019.

CONCÍLIO, Isabela Leite.; AMARAL, Marcos.; SILVEIRA, Paula Moreno. (Org.). **TransCidadania**: práticas e trajetórias de um programa transformador. São Paulo: KOINONIA, 2017. Disponível em: < http://koinonia.org.br/wp-content/uploads/2017/05/koinonia.org.br-transcidadania-praticas-e-trajetorias-de-um-programa-transformador-2-online_transcidadania_praticas_e_trajetorias_de_um_programa_transformador-1.pdf>. Acesso em: 25 mar. 2018.

COUTINHO Maria Chalfin.; KRAWULSKI, Edite.; SOARES, Dulce Helena Penna. **Identidade e trabalho na contemporaneidade**: repensando articulações possíveis. Psicologia & Sociedade, Florianópolis, n. 19, p. 29-37. 2007. Edição especial n. 1. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-71822007000400006&script=sci_abstract&tlng=pt>. Acesso em 04 jun. 2018.

FERREIRA, Francisco de Hollanda Guimarães. **Os determinantes da desigualdade de renda no Brasil: luta de classes ou heterogeneidade educacional?** Rio de Janeiro, 1999. Disponível em: <<http://www.econ.puc-rio.br/biblioteca.php/trabalhos/download/450>>. Acesso em 17 nov 19.

FIGUEIREDO, Marcus Faria; FIGUEIREDO, Argelina Maria Cheibub. **Avaliação política e avaliação de políticas: um quadro de referência teórica.** Belo Horizonte, pp. 107-127. Disponível em: < <http://www.josenorberto.com.br/AC-2007-38.pdf> >. Acesso em: 15 nov 2019.

FLEURY, Flávio Malta. **O Programa TransCidadania como exemplo de política pública promotora da cidadania e do direito fundamental ao trabalho digno das pessoas trans.** 2017. 103 f. Monografia (Graduação em Direito) – Universidade de Brasília, Brasília, 2017.

HELOANI, José Roberto.; CAPITÃO, Cláudio Garcia. Sexualidade e trabalho na visão da psicanálise. In: FREITAS, Maria Ester de.; DANTAS, Marcelo. (Org.). **Diversidade Sexual e Trabalho.** São Paulo, 2012, p. 23-49.

IDIS. Avaliação de Impacto social: metodologias e reflexões. 2018. Disponível em: < https://www.idis.org.br/wp-content/uploads/2018/05/Artigo_Avaliacao_Impacto_Social_06.pdf >. Acesso em: 15 nov 2019.

IBGE. **Expectativa de vida do brasileiro sobe para 75,8 anos 2017.** 2017. Disponível em: <<https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/18469-expectativa-de-vida-do-brasileiro-sobe-para-75-8-anos.html>>. Acesso em: 23 abr. 2018.

IRIGARAY, Hélio Arthur R. Travestis e transexuais no mundo do trabalho. In: FREITAS, Maria Ester de.; DANTAS, Marcelo. (Org.). **Diversidade Sexual e Trabalho**. São Paulo, 2012, p. 121-147.

JESUS, Jaqueline Gomes de.; **Orientações sobre identidade de gênero**: conceitos e termos. Brasília, 2012. Disponível em: <<http://www.diversidadesexual.com.br/wp-content/uploads/2013/04/G%C3%8ANERO-CONCEITOS-E-TERMOS.pdf>>. Acesso em: 08 jun. 2018.

KOINONIA. TransCidadania: práticas e trajetórias de um programa transformador. 2017. Disponível em: <<https://koinonia.org.br/wp-content/uploads/2017/05/koinonia.org.br-transcidadania-praticas-e-trajetorias-de-um-programa-transformador-2-online-transcidadania-praticas-e-trajetorias-de-um-programa-transformador-1.pdf>>. Acesso em: 28 out 2019.

MAIA, Dhiego. **Funcionários trans atendem visitantes e ganham visibilidade na Pinacoteca**. Folha de São Paulo, São Paulo, dez. 2018. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2018/12/funcionarios-trans-atendem-visitantes-e-ganham-visibilidade-na-pinacoteca.shtml>>. Acesso em: 17 nov 2019.

MANZINI, Eduardo José. **Entrevista semi-estruturada**: análise de objetivos e de roteiros. In: seminário internacional sobre pesquisa e estudos qualitativos, 2, 2004, Bauru. A pesquisa qualitativa em debate. Anais... Bauru: USC, 2004. CD-ROOM. ISBN:85-98623-01-6. 10p. Disponível em: <https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/3145622/mod_resource/content/1/Entrevista%20semi%20estruturada%20estudo%20UNESP%20Mari%CC%81lia.pdf>. Acesso em: 10 jun. 2018.

MIRANDA, Michelle Borges. **Mais do que rua, camisinha e gel**: TransCidadania, a experiência de um programa para travestis e transexuais na cidade de São Paulo. Dissertação (Mestrado em Ciências) – Escola de Artes, Ciências e Humanidades, Universidade de São

Paulo, São Paulo, 2018. Versão corrigida. Disponível em: <<https://teses.usp.br/teses/disponiveis/100/100134/tde-30122018-163007/publico/MICHELLE.pdf>>. Acesso em 26 nov 2019.

PELÚCIO, Larissa. **Na noite nem todos os gatos são pardos**: notas sobre a prostituição travesti. Cad. Pagu [online]. 2005, n.25, pp.217-248. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_abstract&pid=S0104-83332005000200009&lng=pt&nrm=iso&tlng=pt>. Acesso em 09 jun. 2018.

SANTOS, Luiz Henrique dos. **O movimento LGBTT e o Programa TransCidadania**. 2015. 35 f. Monografia (Graduação em Ciências Econômicas) – Faculdade de Campinas, Campinas, 2016.

SARAIVA, Adriana. **Desemprego fica em 11,8%, com recorde no emprego sem carteira**. Agência de notícias, out. 2019. Disponível em: <<https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/25815-desemprego-fica-em-11-8-com-recorde-no-emprego-sem-carteira>>. Acesso em: 26 nov 2019.

SILVEIRA, Daniel. ALVARENGA, Darlan. **Desemprego recua para 12,3% em maio e atinge 13 milhões de brasileiros**. G1, Rio de Janeiro e São Paulo, jun. 2019. Disponível em: <<https://g1.globo.com/economia/noticia/2019/06/28/desemprego-fica-em-123percent-em-maio-aponta-ibge.ghtml>>. Acesso em: 26 nov 2019.

SOUZA, David E. da Silva.; COSTA, Barbara Luciana Sena.; RODRIGUES, Eduardo Magaldi. **A inserção de pessoas transexuais e travestis no mercado de trabalho**. 2016. Disponível em: <http://www.inovarse.org/sites/default/files/T16_029.pdf>. Acesso em: 28 mai. 2018.

VERGARA, Sylvia Constant. **Projetos e relatórios de pesquisa em Administração.** São Paulo, 2009, p.42.

APÊNDICE

APÊNDICE A - Transcrição da entrevista

Transcrição integral da entrevista com o coordenador do Centro de Diversidade LGBT Luíz Carlos Ruas, Eduardo Paes Aguiar, e com a psicóloga do mesmo Centro Júlia Pereira Bueno, feita no dia 17 de outubro de 2019, na cidade de São Paulo.

1. Apresentação do entrevistado. Quem é, qual formação/profissão/trajetória, desde quando e como chegou à coordenação do programa.

Meu nome é Eduardo Paes Aguiar. Tenho uma formação na área profissional de Marketing e Vendas durante muitos anos. Minha primeira formação acadêmica foi em cultura. Segunda formação acadêmica em história. Trabalho na área de áudio visual desde 1979 com cineclubismo até hoje. Então sou presidente do Conselho Nacional de cineclubes. Se encerra o meu mandato domingo, sem ser nesse, no próximo, graças a Deus. Faço parte do CineClube Ouro Preto que é um cineclubes que tem como tema transversal projetar filmes uma vez por mês na área LGBT. No momento toda a última quinta-feira do mês é um filme socioeducativo no CineClube Ouro Preto. O último filme foi sobre Cassandra Rios, o filme “Cassandra Rios: A Safo de Perdizes”, e foi muito bom.

A Safo de Perdizes?

A Safo de Perdizes. Safo de safadeza. Safo acho que é um deus grego, uma entidade grega. A Safo de Perdizes [porque] é onde ela morava. É a Cassandra Rios. Veio a atriz Nicole Puzzi, a Rita Quadros para o debate. Foi um roteiro bastante interessante de uma pessoa que viveu a sua homossexualidade nas décadas de 50, 60 e 70, e foi muito perseguida por causa disso. E a gente sempre tenta trazer filmes que tenham uma polêmica, um debate.

Fora isso, estou no projeto do Centro de Cidadania LGBT, que começou como Arouche e hoje se chama Luiz Carlos Ruas, desde o começo de 2015. Passei pela área administrativa, depois fui articulador social da unidade móvel e desde agosto estou na coordenação geral da casa. Se encerra agora dia 12 de novembro o nosso convênio e ele não mais vai existir. E os nossos serviços serão prestados agora pelo CRD, Centro de Referência da Diversidade, que é ali na Major Sertório.

Isso inclui o TransCidadania?

Sim, vai pra lá. Todos os nossos serviços vão para lá.

E você?

Nós todos seremos desempregados. Porque lá é gerido por uma OSC, Organização da Sociedade Civil, antes chamadas de ONG, né? Que já tem convênio e tal. O nosso convênio está se encerrando e não será renovado. Vamos concorrer ao Centro de Cidadania da Zona Oeste que está abrindo um edital para ter um centro na Zona Oeste, que não tem hoje em dia. Nós atendemos Centro-Oeste. Mas o CRD vai atender somente a área central.

Ah, sou católico-apostólico-romano frequentador e fiz teologia. Dentro da Igreja coordenei muitas coisas, não só paroquialmente. Fui coordenador durante a juventude da equipe de coordenação de pastoral da arquidiocese de São Paulo. Depois fui da Regional Sé, que é a regional Central, também coordenador. Depois fui assessor de um setor. Depois participei da comissão arquidiocesana da Campanha da Fraternidade. Fiz o curso inicial de teologia, ministro extraordinário da Palavra. Ministro extraordinário da Comunhão. E hoje vou na Missa. Quero voltar, sinto falta. Mas hoje tenho um pouco mais de dificuldade porque estou muito exposto e não sei se a Igreja admitiria eu coordenar alguma coisa. Na paróquia talvez, mas uma coisa maior não.

2. Quais os objetivos do programa? Como ele funciona? Como as candidatas chegam até ele. Como se dá a divulgação? Há um processo seletivo? Quais os critérios?

O TransCidadania é um programa que é voltado primeiramente para homens e mulheres trans e travestis em situação de vulnerabilidade social. Alguns critérios [são], por exemplo, não pode ter concluído ensino médio. Um dos principais objetivos do programa é a elevação escolar. Devido ao alto índice dentro da população T de abandono e de evasão escolar. Então é um programa para dois anos, onde a pessoa recebe uma bolsa no valor de R\$ 1.047,00 para cumprir 30 horas semanais de atividades, [sendo] uma parte na escola matriculada formalmente. É obrigada estar matriculada formalmente e frequentar [as aulas], tem que mandar a lista de frequência mensalmente, senão não recebe, ela pode ser desligada do programa. E outra parte em oficinas dentro do Centro de Cidadania. Tem oficinas dos mais variados tipos, [como] arte-terapia, artes plásticas, yoga, reforço escolar, teatro e escrita para teatro, computação, informática para ser mais exato, violão, língua portuguesa, inglês. Já tivemos um curso de francês. E produção textual. Teve grupo de escuta também, que é um grupo psicoterápico.

Tivemos o TransCafé, que era uma tarde uma vez por mês, que a gente conversava sobre as transversalidades que acontecem na vida das mulheres trans e travestis, principalmente focado nisso. Tinha o CineCidadania em que discutíamos questões que não eram só LGBT. O CineCidadania era um curta metragem que discutia alguma questão social ou de cidadania ou dentro do tema LGBT a tarde. Tivemos um evento da United. Aí tem alguns parceiros, né? Tivemos o da United em que era para as pessoas entenderem o que era o empreendedorismo.

O curso de iniciação do francês, por exemplo, foram 4 meses. Foi um curso com começo, meio e fim. Era um grupo fechado, não só para trans, era para a população LGBT em geral. Tivemos um curso da Paola Carosella, daquele programa de culinária da Band.

Master Chef?

Master Chef! Ela nos convidou, acho que foram 15 ou 16 meninas e meninos trans que foram fazer um curso de culinária intensivo durante um mês com ela, das quais 4 saíram empregadas. E a gente descobriu que a principal, a área mais interessada por eles não era a de Beleza e nem a de Costura, e sim Gastronomia dos integrantes do Programa TransCidadania. São cerca de 50 vagas por centro de cidadania. Somos 4 na cidade.

Mas vão se transformar em 5?

Vai se transformar. No momento são 4.

E aí vai aumentar o número para 250?

Eram 240, diminuiu-se de 60 para 50 esse ano. Se aumentar aí é só ano que vem que a gente vai saber. Não digo que vai acontecer. Mas a ideia inicial é isso de ter 50 por cento de cidadania.

Vocês têm divulgação?

Nós temos uma página no Facebook, mas não fazemos muita divulgação não, para ser honesto. Temos alguém na área de comunicação para fazer mas é uma comunicação [um] pouco restrita porque depende da Prefeitura. Tudo que a gente tem que fazer tem que mandar para ser visto, para estar dentro dos conformes porque é um equipamento da Prefeitura conveniado com uma Organização da Sociedade Civil, no caso a Associação Rede Cidadã Multicultural.

As novas meninas que entram neste Programa, elas conhecem o Programa como?

Eduardo – Ah, boca em boca. Tem uma lista de espera que é grande. (Perguntando para outra pessoa que estava na mesma sala) Quanto é que tem na lista de espera do TransCidadania?

Júlia – Quantas pessoas? Quem sabe é a Dani e a Fabíola.

Eduardo – Cadê elas?

Júlia – Às vezes Jesus voltou e elas eram as únicas héteras de coração puro no mundo...

Eduardo – Dano Júlia, a senhora poderia vir aqui por gentileza por 5 minutinhos?

Júlia – Eu estou falsificando um documento.

Eduardo – Depois você continua a falsificar porque a Mirian pode esperar.

Fica em paz, quem nunca falsificou nada?

Júlia – Alterei meu gênero, não vou alterar um documento?!

Eduardo – Ele me perguntou ainda a pouco que critérios a gente usa para admitir alguém no TransCidadania. Você tem alguma coisa por cima do que a gente...? (Falando ao entrevistador) É porque os técnicos fazem, eu não me meto. É uma questão da equipe técnica. São psicólogos, pedagogos, e as duas assistentes sociais, principalmente, que fazem a análise de todas as entrevistas que elas fazem para adentrar no Programa.

Julia – Ah, o critério universal é que não tenha terminado o Ensino Médio, não pode ter emprego de carteira assinada, porque senão entra em conflito com receber o benefício do Governo. E aí tem alguns critérios de prioridade, né, de preferência. Aí os homens trans têm preferência, pessoas negras e egressas do sistema penitenciário.

É Júlia, né? O que você faz aqui dentro?

Júlia – Eu sou psicóloga. Então eu atendo tanto a demanda espontânea que chega, quanto acompanho as meninas e meninos do Programa TransCidadania. E aí a gente acompanha ao longo do tempo, debate algumas coisas do centro do universo da galera e quem está em crise, está com dificuldade eu faço um acompanhamento semanal. Produzo relatórios, essas coisas.

Eu posso pedir para ela (Júlia) ficar na entrevista? Porque eu sinto que ela pode agregar muito. Mas aí é uma coisa sua, não sei se ela está cheia de coisa para fazer.

Júlia – As prioridades que eram os relatórios eu já fiz. E a apresentação de amanhã também.

Eduardo – (falando para outra pessoa na sala) Como está a fila pro TransCidadania? A Rayra sabe.

Rayra – Em torno de 20 a 30.

Eduardo – Já foi maior

Júlia – É que a gente chamou umas pessoas recentemente.

Rayra – 20 a 30 da lista que eu peguei, tirando a que já tem. Tem uma lista com a Fabíola.

Eduardo – Fabíola, quantas pessoas estão na lista do TransCidadania de espera?

Rayra – Sem ser essa que eu estou pegando. A lista antes desta. Que aí a gente já soma com essa.

Eduardo – Vale dizer, nós temos a Júlia como psicóloga, 2 assistentes sociais, 1 advogado, temos a nossa recepcionista, temos a Mirian, que faz manutenção geral e agora a unidade móvel, tem 2 aqui que são do administrativo, tem 1 na comunicação e 1 articulador. Nós temos mais ou menos umas 12 pessoas e mais 1 pedagoga.

Fabíola – Aproximadamente 60.

Eduardo – Fora você? (Se referindo à lista da Rayra).

Rayra – Fora eu.

Eduardo – Então são pelo 80 na lista. Então à medida que vai saindo, porque as pessoas podem... não entra 20 e ficam 2 anos saem e entram 20. Vai saindo gente no meio por uma série de casos.

Júlia – Tem gente que é desligada, tem gente que consegue emprego.

Eduardo – Tem gente que tem que sair fugida por um motivo ou outro. Ou é espancado por companheiro ou companheira. Ou é ameaçada de uma maneira muito complicada e aí tem que sair! Muda até de cidade. Tem de tudo um pouco. É uma população em vulnerabilidade.

Falando rapidinho dos cursos que você me disse que vocês têm, vocês anotam tudo, estou vendo que vocês estão fazendo um relatório, né? ²⁶

Eduardo – Sim, você me pegou aqui e está atrapalhando a minha vida (risadas). Mas tem que fazer o relatório senão não recebo “dindin” da Prefeitura sem mandar relatório dizendo tudo que a gente faz, quantos atendimentos e tal.

²⁶ Aqui seria a parte final da terceira pergunta, já que ela já havia sido respondida junto com a segunda pergunta.

4. Das participantes que entram no programa, vocês falaram que bastante saem, tem ideia da porcentagem que concluem o programa? No caso, que entram e ficam os 2 anos ou que entram e saem só quando terminam o ensino médio? ²⁷

Eduardo – Não, porque em 2 anos você em algum momento conclui uma parte da educação básica. Por exemplo, a maioria, cerca de 70%, não concluiu o fundamental 1 ou o 2. Que é do primeiro ao quinto ano e do sexto ao nono ano. Então o fundamental um, dentro do MOVA²⁸, que é alfabetização, você consegue terminar em 2 anos. O fundamental 2 também são 2 anos.

Júlia – Pelo MOVA?

Eduardo – Aí já não é MOVA no fundamental 2. Aí já têm os cursos regulares que você faz por semestre. O MOVA é só funde 1.

Júlia – Só finaliza quem entrou aqui e já estava no Ensino Médio, pelo menos. Com Ensino Médio você termina o programa.

Eduardo – Dificilmente. Você só fica 2 anos. Então você conclui uma parte do ciclo básico da educação. Que é o Fundamental e o Ensino Médio.

Mas das meninas que entram, é comum elas ficarem os 2 anos do Programa?

Eduardo – Ah, a maioria, graças a Deus.

Durante o Programa vocês fazem o acompanhamento de que tipo? Psicológico, pedagógico com relatórios de presença, assistente social...

Eduardo – E jurídico. Algumas querem fazer retificação de nome. União civil. É raro dentro do TransCidadania, vem mais fora. A gente atende de fora.

Além do auxílio enquanto elas estão dentro do Programa, vocês têm algum tipo de política para que elas continuem dentro do Programa?

Eduardo – Não. Aí é pelo contrário. Ao sair do Programa para poder voltar tem um tempo de espera grande porque a fila é longa. Talvez o Programa devesse ser um pouco mais extenso em anos. Talvez 3 anos para você concluir uma boa parte do seu ensino.

Júlia – [inaudível]²⁹.. para idosas, né. Porque concluem o Ensino Médio não resolve o problema das meninas que são pessoas que já estão na terceira idade.

Eduardo – Do jeito que está se propondo hoje o mercado de trabalho, para quem tem o Ensino Médio e não é trans, já é muito difícil. Pra quem é trans, que enfrenta outros obstáculos, é... complicado.

²⁷ A quarta pergunta era: “Das participantes que entram no programa, qual é a porcentagem de conclusão? É feito algum acompanhamento durante o programa? Que tipos de políticas de permanência/retenção são pensadas pra evitar a evasão?”

²⁸ MOVA – Movimento de Alfabetização de Jovens e Adultos

²⁹ Creio que tenha sido dito que “tinha que ser vitalício para idosas, né?”

5. Vocês têm algum tipo de ação para conscientizar as escolas com respeito às questões trans, para facilitar a vida das meninas dentro das escola? Porque entendo, pelos estudos que eu vi que não sei se são realidade, mas imagino que sim, vi que boa parte delas saem da escola, elas não conseguem terminar por diversos tipos de preconceitos, porque é uma vida difícil estar na escola e se reconhecer como trans ou travestis. Vocês têm algum tipo de ação para conscientizar as escolas para quando elas estiverem fazendo esses cursos, como quando estão fazendo a segunda parte do ensino fundamental ou ensino médio, mas ainda assim elas convivem com pessoas que não são dessa realidade. Vocês têm algum tipo de medida para isso?³⁰

Júlia – A gente tem as escolas parceiras. Então, por exemplo, a gente está localizado no centro de São Paulo então a gente só pode inserir quem mora na região central ou na região oeste. Então a gente tem escolas parceiras que são escolas que já foram sensibilizadas lá no início do programa, em 2015. Então desde lá já foi feito um trabalho com essa inserção. Então são escolas que desde de 2015 já tem essa realidade, você entra nessas escolas e tem um público maior de pessoas trans do que se imagina.

Júlia – Fora os dispositivos legais, né? Transfobia é crime, nome social é Lei. Então se há um desrespeito em relação a isso, a gente dá todo suporte.

Eduardo – Temos acesso direto aos coordenadores pedagógicos, diretores e assistentes de direção das escolas. Fazemos reuniões, fazemos visita. E a realidade que elas encontraram hoje é muito diferente do que quando elas tiveram e tiveram que sair corrido. É bem mais acessível. Até elas “nossa, não teve problema nenhum em frequentar minha sala de aula”. Se surpreendem.

Positivamente?

Eduardo – Positivamente.

Júlia – Porque não se viam nesse lugar, né? De repente chegam lá e são respeitadas, a professora respeita.

Eduardo – Não se viam, não achavam que o lugar era delas. Não achava, definitivamente.

6. Após a conclusão do programa, quão comum é a saída delas do meio da prostituição? Quais os setores mais comuns para as que não retornam à prostituição?

Júlia – Dificilmente elas conseguem sair da prostituição. Mil reais não resolve a vida de ninguém em São Paulo.

Eduardo – Tendo em vista que as mulheres trans e travestis na cidade, num estudo 90% delas vive da prostituição.

Júlia – E aí é complexo, porque na maior parte acontece isso, termina-se o programa e não se conclui o Ensino Médio.

³⁰ Pergunta 5 original: “Existe algum tipo de ação para conscientizar as escolas com respeito às questões trans para facilitar a sua estadia neste espaço enquanto estudantes?” .

Eduardo – Existe um esforço pra isso? Existe. A gente tem parceria com o Carrefour que oferece vaga para as Trans. C&A já ofereceu. Teve uma... um outro... Marisa já ofereceu. Pão de Açúcar já ofereceu. Algumas empresas grandes oferecem vagas exclusivas para trans. Esbarra em alguns problema. Escolaridade não está dentro do perfil do cargo, nós temos essa dificuldade, né? A maioria que sai, sai no máximo com a conclusão de Ensino Médio.

Júlia – (corrigindo o Eduardo) Fundamental.

Eduardo – Fundamental. A maioria dos cargos já pede ensino médio. Encheram de estar pedindo ensino médio.

Júlia – É... vaga que não exige ensino médio é jovem aprendiz.

Eduardo – Então hoje em dia aparece algumas empresas na área de limpeza que recrutam e tal. É difícil a adaptação. São pessoas que estão acostumados a ter uma rotina muito diferenciada de uma rotina “acordo de manhã, vou trabalhar, almoço, volto do trabalho, chego em casa, arrumo casa, lavo roupa, e tal”, não é uma rotina do nosso público, para ser honesto. É uma coisa que a gente até conversa um pouco, mas não é a rotina. Então às vezes essas pessoas vão e não conseguem ficar nas vagas por uma série de detalhes, de posicionamento, de estar acostumado a ter uma postura muito diferente da postura que o mercado de trabalho exige. Não que o mercado também esteja muito certo, né? Não é bem por aí.

Júlia – Que às vezes se passa por uma ideia higienização desses corpos, né? Não se esquece toda a história que se viveu na rua.

Eduardo – Sim. É um pouco mais violenta. Um pouco mais reativa, né? Você disse “ah” ela já “EH!” (voz mais elevada). Por quê? Porque a vida dela foi ter que fazer isso ou levar porrada. Então tem que entender. Não é bom? Não. Mas se você não ver a história, você não vai compreender. Sem a compreensão você não tem mudança nem por parte dela nem por parte de quem está empregando. Tem esses detalhes significativos.

7. Preconceito, falta de qualificação... Esses são os problemas que elas enfrentam dentro do mercado de trabalho, né? ³¹

Eduardo – E dentro do preconceito, aparecer. Ser recepcionista, ser a cara da empresa. É difícil a gente preencher essa vaga.

Júlia – Contratar tem uma questão estética mais ferrenha quando você é a cara da empresa, quando você é uma representante...

Então quando a gente fala das vagas da C&A e Pão de Açúcar, então a gente está pensando que são vagas que eles oferecem, mas que são para dentro do escritório.

Júlia – Dentro da loja que não tem contato com as pessoas. Nem dentro do escritório, às vezes é estoque...

³¹ Conferindo se essa é a resposta para a pergunta 7: “Quais as maiores dificuldades que elas enfrentam no mercado de trabalho? (Preconceito, falta de qualificação, falta de estrutura?”

Eduardo – Às vezes é caixa. Mas é reposição de prateleira. Atendente é um pouco menos. Algumas coisas são até revolucionárias, né? A Pinacoteca do estado contratou para ser guias, pessoas com quem as pessoas tem que “ah, como que acontece as coisas aqui, qual é a exposição e tal?”, contratou 9 homens e mulheres trans.

Legal, daqui?

Eduardo – Não, fez um processo seletivo e só tinha essas pessoas nesse processo seletivo e foi uma experiência vencedora. Eu fui lá, fui muito bem recepcionado.

Isso foi em que ano?

Júlia – Ano passado.

Eduardo – Foi ano passado. Hoje não sei se são todas [trans] ainda, como que está. Mas não era uma coisa para fazer uma experiência de estágio de 2 anos. Não. Era uma contratação para ser monitor. Monitoria que eles têm normalmente. Um cargo existente que não foi criado para elas. Apesar que teve uma empresa que criou um cargo especialmente para um menino trans, que se interessou muito. Foi... Andrew?

Júlia – Andrew.

Eduardo – Que é a Zurich. Uma grande empresa, onde teve uma sensibilização de uma ONG lá. E ele foi, não foi pela gente. E o pessoal gostou tanto que, como era uma festa junina e tinha aquele negócio de correio elegante. O correio elegante pro chefe geral foi um pedido para o Andrew ser contratado. E ele nem sabia quem era. E “quem é esse homem?”. Foram vários bilhetes, não foi bilhete de amor.

Júlia – Foi literalmente bilhete de amor, porque dar emprego para uma pessoa trans, né?

Eduardo – E a Zurich olhou e não tinha vaga, e o chefe mandou criar uma vaga para ele, dentro de um setor que é um setor onde todo mundo trabalha. Uma experiência muito... me emociono com essa experiência. Nunca tinha visto alguém, um homem trans... ele é muito bonzinho e tal, etc. Ele tem uma vida muito sofrida... o Andrew... o pai dele era militar e colocava no almoço a arma em cima da mesa, para demonstrar a sua autoridade e insatisfação se fosse tocado o assunto de sair de mulher para homem. Sofreu uma surra muito grande uma vez, ano passado.

Júlia – Foi esse ano

Eduardo – Esse ano, em Santos, num evento. Ele é franzino e tal, bonito o Andrew. E muito tímido, na dele. E mesmo assim, não sei o que aconteceu... ele foi surrado, foi uma experiência muito traumático.

8. Existe alguma forma de acompanhamento das participantes após a conclusão de suas passagens pelo programa?

Eduardo – Mantemos contato. Vagas de seleção, tem um grupo do pessoal que saiu do programa que já foi do TransCidadania. A gente posta vaga, chama, vem fazer, falando de alguma coisa como, vai ter uma oficina dia 5 agora que é o “Elabora”, como elaborar o currículo, como estar dentro do mercado de trabalho, feito pelo pessoal do CAT, do Centro de Atendimento ao

Trabalhador. Provavelmente vamos convidá-las. Entende? Tem alguma atividade que... de empreendedorismo, “aprenda a gerir o seu negócio”, “aprenda a gerir algo que você já faz e você não pensa que é um negócio”, né. Tem isso tudo. A gente mantém contato, agora dizer que acompanha, não.

Júlia – O programa não faz essa espiral que a política pública devia ter de pensar, executar e repensar para depois começar a execução de novo. Porque aí é isso, acabou o dinheiro, acaba a possibilidade também de se estabilizar. Porque esse dinheiro organiza um pouco a vida, então ela consegue se organizar, fazer um curso, estudar mas aí sai do estudo geralmente tem que se virar pra fazer dinheiro com prostituição ou algumas trabalham com outra coisa, comida e tal. Mas só que aí acabou esse dinheiro você tem que se reorganizar para fazer dinheiro, aí evade novamente a escola, porque é muito complexo.

Eduardo – Essa semana o Uber fez aí um negócio de empreendedorismo, falando como você pode fazer um negócio. Vai ter de novo. A gente bate um pouco nessa tecla devido à dificuldade de adentrar ao mercado formal de trabalho. E as pessoas têm que viver, então a nossa meta seria realmente que as pessoas pudessem concorrer igual todo mundo concorre. Mas se não é possível, como é que você pode fazer disso um negócio próprio, até da prostituição, que não é crime.

Júlia – Não tem educação financeira, né? Se evadiu a escola na adolescência, você nunca conseguiu pensar dinheiro.

Eduardo – Administrar dinheiro. “Ai, que bonito, quero esse seio”, vai lá e compra. “Se amanhã ela vou ter que comer, não sei”. É um mercado consumidor e consumista.

9. Vocês falaram da C&A, do Pão de Açúcar, você comentou da Uber. Vocês fazem essa procura ativa de empresas que tenham nessas meninas?³²

Eduardo – Eles oferecem

Júlia – A gente não, a Coordenação. A gente de políticas LGBT só gere o programa, né? A coordenação que pensa a porta de saída, que vai fazer parceria de emprego, que vai fazer esses pontos é a coordenação. Porque a gente não é o único lugar onde acontece o TransCidadania. Essa daqui é o do centro. Tem o da Zona Norte, tem o da Zona Leste e tem o da Zona Sul. E cada também gere um pouco dessa política pública. Tudo que vai passar por todos os centros tem que passar pela coordenação.

Eduardo – Que é da Secretaria Municipal de Direitos Humanos e Cidadania, Coordenação de políticas para LGBT.

10. e 11. Brasil. Crise desde de 2015. Dilma, Temer e Bolsonaro. Em São Paulo, Haddad, Dória e Covas. Essas mudanças, piora da economia, afetaram o programa?³³

³² Adaptação da pergunta 9: “O centro de diversidade procura fazer algum tipo de parceria/convênio com empresas para que elas se interessem em contratar pessoas trans? Se sim, como é feito este contato? “. Como não são eles que cuidam dessa parceria, a pergunta 10 não foi feita, por não se aplicar.

³³ Perguntas 11 e 12, respectivamente: “Desde a criação do programa a situação econômica do Brasil mudou bastante de um modo negativo. Quais foram os efeitos dessa piora no programa?” e “As mudanças de gestão, de Haddad para Dória e posteriormente Covas, afetaram o programa de qual maneira?” .

Eduardo – Hmmm não. Por incrível que pareça.

Júlia – Afetou em que sentido?

Positivo ou negativo.

Eduardo – Se deixou de ter algum serviço?

Isso. Ou se diminuiu o número de vagas.

Eduardo – Não.

Júlia – A gente teve congelamentos, né? Um não fixo.

Eduardo – Teve. Mas não teve diminuição de vagas. Agora deixa eu explicar: o programa começou com o Haddad. Nós fomos o primeiro centro, depois, no final da gestão do prefeito Haddad, foram criados mais 3 centros. Advindo o prefeito Dória, o Programa TransCidadania, que estava só na região central, no Centro de Cidadania do centro, foi para todos os outros. O que foi criado pelo Haddad: Centro de Cidadania LGBT e o Programa TransCidadania. Eram separados. Uma OSC geria esse, outra geria aquele. Ao final de 2016, no início de 2017, com o Dória, o programa saiu de ser próprio e atender principalmente a região central para ir para os 4 centros existentes. Então de cerca de 100 vagas passou a ter 240. Então houve um aumento. Em compensação não existia mais equipes exclusivas para o atendimento do TransCidadania.

Virou atendimento para todas?

Eduardo – Para todas que procuravam o Centro. Tinha psicólogos, pedagogos pro TransCidadania. Pessoal que fazia oficinas e tal. Agora não. Psicóloga atende tudo que aparece, inclusive o TransCidadania. A assistente social também.

Júlia – Fica de escolha para cada centro, né?

Eduardo – Não, é para atendimento geral. Agora nesse último edital não sei se está dividido.

Júlia – Tem Centro que é dividido. O Centro da Zona Sul tem uma equipe que atende o Portas Abertas e...

Eduardo – Eu não sei se nesse edital dividiu.

Júlia – Ah, pode ser que mudou o edital.

Eduardo – No anterior não era. Mas continua sendo a mesma OSC. Com o advir do prefeito Bruno os programas em 2017 foram renovados. Nós somos uma política de Governo, tá? Ao acabar este governo Covas, só Deus sabe se vai continuar. Depende do prefeito eleito. Os convênios vão até maio de 2021. O prefeito que assumir em janeiro pode não querer os últimos 5 meses do convênio. É uma política que não é de Estado e é uma das nossas lutas dentro do movimento LGBT para que seja uma política de Estado.

Júlia – A Erica Malunguinho³⁴ fez um projeto de Lei³⁵ para tornar o TransCidadania algo do estado e não da prefeitura.

Eduardo – A coordenação do Núcleo da Diversidade Estadual tem um projeto de ter algumas cidades parceiras onde vai ter Centro de Cidadania junto com o Programa TransCidadania. Estão vendo algumas parcerias para começar ano que vem. Parece que Campinas vai entrar nisso. E parece que Guarulhos, que tem uma coordenação já. Aí o estado entra com uma parte e o município com uma estrutura mínima, e aí faz-se o programa. Não sei quantos serão, quais cidades serão. Mas isso foi o que o Marcelo Galego me colocou, que é o Coordenador do núcleo da diversidade.

13. Quais são as principais dificuldades que o programa passa? E quais são as maiores dificuldades das participantes?

Eduardo – Dele acabar. Pensar naquilo faz. Nós temos muitas dificuldade em transformar os dados que a gente recolhe, e tal. Não temos uma luz de estudo pra ver “Olha, tivemos casos assim, assim, assado”. O tempo não nos permite elaborar os dados a gente só apaga o incêndio.

Mas vocês têm essa ~~recolha~~ (coleta) de dados e vocês só não analisam eles. Ou nem essa recolha de dados?

Eduardo – É uma análise muito superficial para o dia-a-dia do trabalho, mas não é um estudo.

Júlia – É que a gente produz relatório, a equipe técnica. Então a gente diz quantas pessoas a gente atendeu, qual foi a demanda, se foi TransCidadania ou não. Os dados acabam no relatório, não acontece nada depois.

Existe alguma forma de eu conseguir acesso a isso?

Eduardo – Pode pela Lei de Acesso à Informação. Mas eles tão.

Júlia – Não tem acesso aos prontuários que a gente faz.

Eduardo – Prontuário não, mas aos dados sim.

Consigo pedir apenas os relatórios que estejam prontos?

Eduardo – Sim. De todos os centros, desde 2004 se você quiser, que começou o Centro de Combate à Homofobia. Agora de 2015 para cá é o Centro de Cidadania.

Mas para eu não dar trabalho pra vocês, até qual estão prontos?

Eduardo – Todos estão prontos, mas eles pedem para a gente mesmo eles tendo lá. Mas pode pedir. É Lei de Acesso à Informação.

Júlia – É que aí não vai pedir só nosso, vai pedir de todos os centros.

³⁴ Deputada Estadual de São Paulo

³⁵ Projeto de Lei 491/2019, que institui o Programa Estadual TransCidadania. Disponível em: <https://www.al.sp.gov.br/propositura/?id=1000264113>

Eduardo – Todos, todo mundo vai ter que gerar. Nós, como temos mais dados que os outros, porque existimos por 2 anos há mais que os outros.

14. Existe algum tipo de iniciativa para expandir o programa para além do que está descrito em seu texto?

Eduardo – Cada centro trabalho como quer. A gente procura oferecer o maior número de oficinas e palestras na área de cidadania e de direitos humanos. E de possíveis possibilidades empregatícias, né, de profissionalização. É mais difícil, mas, por exemplo, o inglês ajuda se você tem noções de inglês. Informática, ajuda, noções básicas de informática. Educação financeira. Se eu pudesse ter pelo menos a cada 2 meses um curso de educação financeira, né Ju?

Júlia – Podia ter economia solidária, né?

Eduardo – Porque empreendedorismo um monte de gente já oferece, até coisas que acho meio complicado, mas vêm de bom coração, mas nem tudo que é de bom coração é bom.

Júlia – É que muitas vezes esse tipo de coisa não é pensado para a população Trans. Existe um projeto de inserção no mercado de trabalho de empreendedorismo que pensa em vida Cis. Pessoas que concluíram o Ensino Médio, pessoas que têm uma educação financeira, pessoas que nunca se prostituíram. Pessoas que não sofreram violência. E quando você trabalha esse empreendedorismo com pessoas Trans, você enfrenta as barreiras do dia-a-dia de pessoas que estão em situação de vulnerabilidade, que é a violência doméstica, que é a violência na rua, que é o tráfico de drogas, que é a prostituição, que é o vício. Então é difícil você explicar para alguém como é pensar em fazer investimento hoje para colher daqui um ano, sendo que a pessoa... o que você ganhou hoje você come hoje. Se amanhã você não levantar e comer, você não faz. Então é difícil construir essa linha de pensamento a longo prazo para pessoas em situação de vulnerabilidade, quanto mais se essa pessoa for Trans. Então às vezes a gente percebe nesses programas que têm uma boa vontade, uma pretensão de se retirar essas pessoas (dessa situação), mas é feito por pessoas que não conhecem a realidade da população Trans vulnerável de São Paulo. É complexo, mas a complexidade em seu todo. Porque aí não tem isso, não tem outras coisas.

Eduardo – Dificilmente alguém chega, algum professor aqui chega, e (pergunta) “o que você faz? Como você faz?”, entender a realidade que essa pessoa tem. Tem esse pacotinho e apresenta. Isso é a educação no país. Ela não é freiriana. Nem montessoriana, que dirá freiriana. De à partir da sua realidade trocar figurinhas. Isso daí é uma coisa que a gente tem um pouco de dificuldade.

Então é isso, agradeço aos dois por fazerem esta entrevista comigo.